

Auxílio emergencial - sensibilidade e responsabilidade

Nota Técnica 03/2021 - Auxílio emergencial

A implementação de medidas de distanciamento social durante a pandemia do Covid-19 levaram à redução da atividade econômica temporariamente. Como forma de remediar os impactos à população, foi desenvolvida a política do auxílio emergencial. Dado o retorno de medidas restritivas no Brasil, está sendo discutida a retomada do programa na PEC Emergencial - nº 186 de 2019.

Sobre o tema, o Livres:

1. Preza pela garantia de mecanismos de proteção social, com responsabilidade fiscal;
2. Compreende a importância do auxílio emergencial para a manutenção da renda durante o período de calamidade;
3. Requer que os valores destinados pela PEC 186 sejam usados **exclusivamente para a continuidade do auxílio**;
4. Acredita que para a manutenção da responsabilidade fiscal é importante a preservação e o cumprimento de regras fiscais, como o teto de gastos.

1 - O papel do auxílio emergencial em 2020

Inicialmente chamado de “Coronavoucher”, o auxílio emergencial foi o piloto de um programa de renda mínima que, ao mesmo tempo, expandiu e ampliou temporariamente o Bolsa Família. Diversos países implantaram propostas similares, como, por exemplo, os Estados Unidos¹, onde o auxílio foi efetivado por meio de um pagamento único.

No Brasil, o programa foi desenvolvido com o formato de

¹ Disponível em
<<https://oglobo.globo.com/economia/americanos-comecam-receber-depositos-com-auxilio-emergencial-de-us-1200-24366394>>

transferência de renda não condicionada e incluía dentro do seu escopo diferentes grupos sociais. A política foi proposta para ter neutralidade no emprego², isto é, não ter diferenciação de benefício a depender da característica de trabalho.

Desenhado para atingir até 68,2³ milhões de pessoas, de maneira rápida e cumprir com sua função emergencial, quase 40 milhões dessas pessoas não estavam no Cadastro Único e fizeram sua inscrição por meio de aplicativo com declaração de renda. Este fator foi importante para mapear e monitorar trabalhadores de renda mais baixa no Brasil.

Além disso, o programa resultou na inclusão de boa parte da população brasileira no ecossistema bancário. A medida propiciou que mais de 10 milhões de brasileiros⁴ entrassem no sistema financeiro por meio de bancos, além de fazer com que grande parcela utilizasse formas digitais. Este tipo de ação abre espaço para mudanças na regulação financeira do Brasil, além de facilitar a implantação de políticas de rastreamento e fiscalização.

2 - A necessidade de continuidade do programa em 2021

O Brasil passa por um dos momentos mais duros da pandemia desde Março de 2020. A média de mortes por covid-19 é recorde pelo nono dia consecutivo e diversos Estados passaram a aplicar medidas tão ou mais severas quanto no início da pandemia. Neste sentido, deve o auxílio emergencial mais uma vez ser utilizado para garantir a manutenção da renda durante a calamidade.

O estudo apresentado pela Cátedra Ruth Cardoso⁵, desenvolvido por Naércio Menezes e coautores, indica que o auxílio permitiu a redução

² Neutralidade no emprego implica que não há incentivos claros para que populações passem de um formato de contratação para outro com maiores benefícios, excetuando-se casos extremos.

³ Disponível em <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/index.php?g=2>>

⁴ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/pandemia-leva-a-bancarizacao-de-quase-10-milhoes-de-pessoas.shtml>>

⁵ Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/02/Policy_Paper_54.pdf>

da pobreza de 12% para 8% e da extrema pobreza de 3% para 1%. Além disso, o estudo ainda encontrou efeitos positivos na redução da desigualdade de renda no país. Para fins de comparação, Programa Bolsa Família pode ter gerado uma redução de 10% da desigualdade entre 2001 e 2015⁶.

Portanto, dado o cenário que se encontra o Brasil, a continuidade do auxílio emergencial é importante para manter a população que permanece em condições de baixa atividade devido às restrições para controle do espalhamento da pandemia. Além disso, a experiência de aplicação do programa deve gerar um impulso para a criação de um novo programa de renda mínima ou universal.

3 - A importância do respeito aos limites fiscais na PEC emergencial

No seu formato inicial, o benefício representou em média valores mensais próximos a R \$40 bilhões para a União. Isto é, cada mês de auxílio emergencial representou mais do que um ano completo de Bolsa Família, e no total, quase 10 vezes o valor do gasto com o programa em 2019. Os valores chamam atenção ainda por representarem aproximadamente 20% das despesas primárias totais do país no ano, além de mais de 4% do PIB.

O programa atingiu em 2020 o gasto total de R\$ 293,1 bilhões⁷, valor 10% abaixo do orçamento autorizado para o ano, por meio de crédito extraordinário. De acordo com estimativas realizadas pelo IFI, o valor de R\$ 34,2 bilhões seriam suficientes para manter o auxílio para um total de 45 milhões de pessoas⁸. Este valor, inclusive, é menor do que o de R\$44 bilhões previsto na PEC Emergencial.

A PEC 186/19 tinha como objetivo desenvolver uma série de gatilhos que permitem o controle de fluxo do crescimento dos gastos do governo

⁶ Sousa. 2015. OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE: UM BALANÇO DOS PRIMEIROS QUINZE ANOS. IPEA Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf.

Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf>

⁷ Disponível em

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580954/RAF47_DEZ2020.pdf>

⁸ Considerando o valor de R\$ 250,00 por pessoa. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/584764/RAF49_FEV2021.pdf

federal⁹. Dentro das propostas apresentadas pela PEC estão, por exemplo: gatilhos para o controle de despesas obrigatórias, redução de incentivos fiscais e desvinculações de fundos.

Ressalta-se que a responsabilidade social do país só pode ser atingida mediante a manutenção da responsabilidade fiscal, que será capaz de prevenir uma queda ainda maior na qualidade de vida da população.

Recomendações

A sensibilidade social aliada à responsabilidade fiscal move as ações do Livres. Por isso, diante da repetição do cenário de calamidade, das imposições advindas do poder público e da vulnerabilidade que se encontra a sociedade brasileira, deve o auxílio emergencial ser mantido.

Para isso, é inegociável a manutenção da responsabilidade fiscal, por meio do respeito às regras fiscais. Portanto, o orçamento oriundo da PEC Emergencial deve ter o fim único e exclusivo de financiar o programa. Esta será a forma de reduzir os efeitos da pobreza e da desigualdade sobre a população brasileira neste momento.

Pela Liberdade

Izabela Patriota

Diretora de Políticas Públicas do Livres

Guilherme Paiva

Doutorando em economia na Universidade de Indiana

⁹Disponível em:
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/entenda-mudancas-da-pec-emergencial>>

